

# **Relatório de Governança Corporativa**

## **Ano-base 2024**



**DIRETORA PRESIDENTE**

Ana Paula Ramalho Câmara

**VICE-PRESIDENTE**

Ronaldo Marques Rodrigues

**DIRETOR DE PREVIDÊNCIA**

Luís Antônio de Lima Ferreira

**DIRETORA DE INVESTIMENTOS**

Natalia Tomaz Belmiro

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Júlio Henrique Nunes Protásio da Silva

**DIRETOR FINANCEIRO**

Eduardo Antônio Varela de Gois

**PROCURADOR**

Marcelo Alexandre da Rocha Leão

**CONTROLADOR**

Donnie Allison dos Santos Moraes

**COORDENADORA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Nathaly Lorena de Souza Ramos

**CONTADOR**

Álvaro Vinícius de Souza Silva

**REVISADO POR:**

Severino Pinheiro Martiniano

## SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO .....	5
2.	DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS .....	6
2.1	QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS...	6
2.1	RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO .....	6
2.2	RESUMO DO QUANTITATIVO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES CONCEDIDAS .....	7
3.	BALANÇO ENTRE RECEITAS E DESPESAS .....	7
4.	EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL .....	11
4.1	CUSTO PREVIDENCIÁRIO TOTAL .....	12
4.2	EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CUSTOS POR TIPO DE BENEFÍCIO .....	13
4.3	EVOLUÇÃO DO RESULTADO RELATIVO AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL E DO PLANO DE CUSTEIO .....	14
5.	GESTÃO DE INVESTIMENTOS .....	15
5.1	DESCRIÇÃO DOS ATIVOS, INVESTIMENTOS, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E DO FLUXO DE ENTRADA E SAÍDA DE RECURSOS .....	18
6.	PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS .....	20
6.1	REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO .....	20
6.2	REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL .....	21
6.3	REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CÔMITE DE INVESTIMENTO .....	22
7.	ATIVIDADE INSTITUCIONAIS .....	23
7.1	GESTÃO DE PESSOAL .....	23
7.1.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL .....	23
7.1.2	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES .....	24
7.2	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	25
7.3	GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS .....	26
7.4	CONTROLES INTERNOS .....	26
7.4.1	ACOMPANHAMENTO INTERNO .....	26
7.4.2	MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO DE PROCESSOS .....	27
7.4.3	RELATORIO DE CONTROLE INTERNO: AVALIAÇÃO DA GESTÃO .....	27
7.4.4	ACOMPANHAMENTO PELO CONTROLE EXTERNO: SITUAÇÃO FINANCEIRA DO RPPS .....	28
7.5	IMAGEM INSTITUCIONAL .....	29

7.6	CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E CONFOMIDADE EM ATENDIMENTO AO CONJUNTO DE NORMAS, REGRAS E PADRÕES LEGAIS E INFRALEGAIS .....	29
7.7	ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ISP .....	31
7.7.1	<b>Indicadores de Regularidade, Envio de Informações, Gestão e Transparência.</b>	31
7.7.2	<b>Indicadores Financeiros e de Liquidez.....</b>	31
7.7.3	<b>Indicadores Previdenciários e Atuariais.....</b>	31
7.7.4	<b>Índice de Situação Previdenciária (ISP): C.....</b>	32
8.	CANAIS DE ATENDIMENTOS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	32

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos de Ceará-Mirim/RN – Ceará-Mirim PREVI – é uma autarquia integrante da Administração Pública Indireta, vinculada ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Dotado de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira, o Instituto atua de forma estratégica na proteção social dos servidores municipais.

Criado pela Lei Municipal nº 1.637/2013, em consonância com o art. 40 da Constituição Federal e as Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005, o Ceará-Mirim PREVI instituiu o RPPS dos servidores públicos municipais. Posteriormente, sua estrutura organizacional foi modernizada pela Lei Municipal nº 2.007/2020, que promoveu ajustes voltados ao aprimoramento da gestão previdenciária, buscando maior eficiência e transparência na administração dos recursos.

A missão central do Instituto é administrar com responsabilidade, legalidade e eficiência o Regime Próprio de Previdência Social de Ceará-Mirim, garantindo aos segurados e seus beneficiários a efetivação dos direitos previdenciários previstos em lei, por meio de uma gestão transparente, participativa e sustentável. Para cumprir esse propósito, o Ceará-Mirim PREVI adota práticas de governança corporativa, inovação na gestão pública e compromisso permanente com a eficiência, a transparência e a responsabilidade fiscal.

O Relatório de Governança Corporativa (ano-base 2024) tem como objetivo apresentar, de forma clara e acessível, as ações, os resultados e os avanços obtidos pelo Instituto ao longo do ano, configurando-se como um importante instrumento de prestação de contas à sociedade, aos segurados, aos aposentados e aos pensionistas.

As informações reunidas nesse relatório resultam do trabalho técnico desenvolvido pelos diversos setores do RPPS, aliados ao monitoramento contínuo realizado em reuniões periódicas dos órgãos colegiados. Esse processo assegura a disponibilização de dados atualizados e confiáveis, fornecendo aos membros do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos subsídios sólidos para a tomada de decisões estratégicas, garantindo a sustentabilidade das boas práticas de governança previdenciária.

## 2. DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

### 2.1 QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ceará-Mirim – Ceará-Mirim PREVI é responsável pela administração dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte destinados aos servidores públicos municipais e seus dependentes.

Em 2024, o Instituto registrou o seguinte quadro quantitativo e qualitativo de segurados:

DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS EM RELAÇÃO AOS SEGURADOS				
ANO	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
2024	1649	264	35	1948

**Fonte:** Banco de dados do Ceará-mirim Previ - **Data Base:** 31/12/2024

Os dados de 2024 demonstram que o maior contingente é formado por servidores ativos, totalizando 1.649, representando a base contributiva fundamental para a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência. Já os aposentados somam 264 e os pensionistas 35, compondo o grupo de beneficiários em gozo de proventos.

Esse panorama reforça a importância do equilíbrio atuarial e da adoção de boas práticas de gestão previdenciária, assegurando segurança e previsibilidade tanto para os segurados quanto para a administração pública.

### 2.1 RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A seguir são demonstrados os valores pagos relativos às folhas de pagamentos do ano-base de 2024, referente aos servidores ativos, aposentados e pensionistas:

ANO 2024				
ITEM	SERVIDORES ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
REMUNERAÇÃO/ PROVENTO MÉDIO	R\$ 3.418,73	R\$ 4.161,34	R\$ 2.201,49	R\$ 9.781,56
FOLHA MENSAL	R\$ 6.339.958,64	R\$ 1.098.595,99	R\$ 70.752,45	R\$ 7.509.307,08

**Fonte:** Ceará-mirim Previ – Relatório Atuarial **Data Base:** 31/12/2024

As folhas mensais dos aposentados e pensionistas demonstram o impacto nas despesas do Instituto, totalizando o valor de R\$ 1.169.348,44. Destaca-se a média de proventos dos aposentados (R\$ 4.161,34), superior à remuneração média dos ativos (R\$ 3.418,73), fator que exige gestão eficiente do custeio, diante do crescimento potencial de novas concessões de benefícios.

## 2.2 RESUMO DO QUANTITATIVO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES CONCEDIDAS

Em 2024, o Ceará-Mirim PREVI concedeu 57 benefícios, conforme a tabela abaixo:

2024			
TIPO BENEFÍCIO	MODALIDADE	QUANTIDADE	%
Aposentadoria	Voluntária - Regras Permanentes	48	84,21%
Aposentadoria	Voluntária - Especial de Professor	00	0%
Aposentadoria	Especial - Insalubridade	00	0%
Aposentadoria	Incapacidade Permanente	03	5,26%
Aposentadoria	Compulsória	03	5,26%
Pensão	Pensão por Morte	03	5,26%
TOTAL		57	100%

**Fonte:** Ceará-mirim Previ - (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) **Data Base:** 31/12/2024

A predominância das aposentadorias voluntárias (84,21%) indica que os servidores têm alcançado o tempo regular de contribuição, reduzindo a pressão sobre o regime em relação a concessões por incapacidade ou compulsórias. Esse cenário contribui para a previsibilidade financeira, embora ainda exija constante monitoramento para garantir a sustentabilidade atuarial no longo prazo.

## 3. BALANÇO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

As receitas totais de 2024, atingiram R\$ 34.966.608,83 (Trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e oito reais e oitenta e três centavos) derivadas principalmente de contribuições de segurados e receitas patrimoniais. Já o total de despesas pagas, incluindo pessoal, encargos e despesas administrativas, totalizaram R\$ 16.432.862,33 (dezesseis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos)).

O resultado foi um superávit de R\$ 18.533.746,50 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), demonstrando que o Instituto conseguiu arrecadar mais do que gastou ao longo do exercício, o que fortalece sua capacidade financeira.

A seguir, é apresentado o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Balanço Orçamentário), que demonstra as receitas e despesas realizadas pelo Ceará-Mirim PREVI ao longo do ano-base 2024:

# RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Unidade Orçamentária: 02.021 - INSTITUTO MUN. DE PREV. SOCIAL - CEARA MIRIM PREVI | LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II § 1º - **Anexo 1**

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (a-c)
			No Mês (b)	Até Mês (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	18.840.863,00	18.840.863,00	1.658.378,21	20.915.400,21	-2.074.537,21
<b>1 Receitas Correntes</b>	18.840.863,00	18.840.863,00	1.658.378,21	20.915.400,21	-2.074.537,21
1.2 Contribuições	9.884.819,00	9.884.819,00	1.988.448,91	11.374.685,83	-1.489.866,83
1.2.1 Contribuições Sociais	9.884.819,00	9.884.819,00	1.988.448,91	11.374.685,83	-1.489.866,83
1.2.1.5 Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	9.884.819,00	9.884.819,00	1.988.448,91	11.374.685,83	-1.489.866,83
1.2.1.5.01 Contribuição do Servidor Civil	9.850.259,00	9.850.259,00	1.988.448,91	11.374.685,83	-1.524.426,83
1.2.1.5.01.1 Contribuição do Servidor Civil Ativo	9.763.859,00	9.763.859,00	1.671.508,23	11.036.837,25	-1.272.978,25
1.2.1.5.01.1.1 Contribuição do Servidor Civil - Principal	9.729.299,00	9.729.299,00	1.671.508,23	11.036.837,25	-1.307.538,25
1.2.1.5.01.1.1.01 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	17.280,00	17.280,00	0,00	493.613,59	-476.333,59
1.2.1.5.01.1.1.02 Contribuição do Servidor Civil Ativo - PREFEITURA	864.000,00	864.000,00	177.109,14	1.003.311,10	-139.311,10
1.2.1.5.01.1.1.03 Contribuição do Servidor Civil Ativo - SAÚDE	1.731.456,00	1.731.456,00	291.432,68	1.796.409,35	-64.953,35
1.2.1.5.01.1.1.04 Contribuição do Servidor Civil Ativo - ASSISTÊNCIA	17.280,00	17.280,00	26.399,91	111.873,24	-94.593,24
1.2.1.5.01.1.1.05 Contribuição do Servidor Civil Ativo - FUNDEB 70%	4.821.120,00	4.821.120,00	1.136.341,75	7.130.164,39	-2.309.044,39
1.2.1.5.01.1.1.06 Contribuição do Servidor Civil Ativo - FUNDEB 30%	1.396.883,00	1.396.883,00	0,00	0,00	1.396.883,00
1.2.1.5.01.1.1.07 Contribuição do Servidor Civil Ativo - CÂMARA	138.240,00	138.240,00	4.007,02	77.442,44	60.797,56
1.2.1.5.01.1.1.08 Contribuição do Servidor Civil Ativo - SAAE	518.400,00	518.400,00	22.176,63	276.267,05	242.132,95
1.2.1.5.01.1.1.09 Contribuição do Servidor Civil Ativo - EDUCAÇÃO	172.800,00	172.800,00	3.719,11	101.882,06	70.917,94
1.2.1.5.01.1.1.10 Contribuição do Servidor Civil Ativo - SERVIDORES CEDIDOS	51.840,00	51.840,00	10.321,99	45.874,03	5.965,97
1.2.1.5.01.1.2 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros de Mora	34.560,00	34.560,00	0,00	0,00	34.560,00
1.2.1.5.01.1.2.01 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros de Mora	34.560,00	34.560,00	0,00	0,00	34.560,00
1.2.1.5.01.5 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo	86.400,00	86.400,00	316.940,68	337.848,58	-251.448,58
1.2.1.5.01.5.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	86.400,00	86.400,00	316.940,68	337.848,58	-251.448,58
1.2.1.5.03 Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos	34.560,00	34.560,00	0,00	0,00	34.560,00
1.2.1.5.03.0.1 Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos - Principal	34.560,00	34.560,00	0,00	0,00	34.560,00
1.2.1.5.03.0.1.03 Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos - Municípios	34.560,00	34.560,00	0,00	0,00	34.560,00
1.3 Receita Patrimonial	4.445.218,00	4.445.218,00	-532.014,35	6.581.738,45	-2.136.520,45
1.3.2 Valores Mobiliários	4.445.218,00	4.445.218,00	-532.014,35	6.581.738,45	-2.136.520,45
1.3.2.1 Juros e Correções Monetárias	4.445.218,00	4.445.218,00	-532.014,35	6.581.738,45	-2.136.520,45
1.3.2.1.04 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	4.445.218,00	4.445.218,00	-532.014,35	6.581.738,45	-2.136.520,45
1.3.2.1.04.0.1 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	4.445.218,00	4.445.218,00	-532.014,35	6.581.738,45	-2.136.520,45
1.3.2.1.04.0.1.01 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	4.445.218,00	4.445.218,00	-532.014,35	6.581.738,45	-2.136.520,45
1.6 Receita de Serviços	3.819.626,00	3.819.626,00	0,00	0,00	3.819.626,00
1.6.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.819.626,00	3.819.626,00	0,00	0,00	3.819.626,00
1.6.1.1 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.819.626,00	3.819.626,00	0,00	0,00	3.819.626,00
1.6.1.1.50 Serviços de Administração Previdenciária	3.819.626,00	3.819.626,00	0,00	0,00	3.819.626,00
1.6.1.1.50.9 Outros Serviços de Administração Previdenciária	3.819.626,00	3.819.626,00	0,00	0,00	3.819.626,00
1.6.1.1.50.9.1 Outros Serviços de Administração Previdenciária - Principal	3.819.626,00	3.819.626,00	0,00	0,00	3.819.626,00
1.9 Outras Receitas Correntes	691.200,00	691.200,00	201.943,65	2.958.975,93	-2.267.775,93
1.9.2 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	2.964,58	3.345,75	-3.345,75
1.9.2.2 Restituições	0,00	0,00	2.964,58	3.345,75	-3.345,75
1.9.2.2.99 Outras Restituições	0,00	0,00	2.964,58	3.345,75	-3.345,75
1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	0,00	0,00	2.964,58	3.345,75	-3.345,75
1.9.9 Demais Receitas Correntes	691.200,00	691.200,00	198.979,07	2.955.630,18	-2.264.430,18
1.9.9.9 Outras Receitas Correntes	691.200,00	691.200,00	198.979,07	2.955.630,18	-2.264.430,18
1.9.9.9.01 Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	172.800,00	172.800,00	177.332,23	2.446.745,60	-2.273.945,60
1.9.9.9.01.0.1 Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal	172.800,00	172.800,00	177.332,23	2.446.745,60	-2.273.945,60
1.9.9.9.03 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	172.800,00	172.800,00	21.646,84	508.280,66	-335.480,66
1.9.9.9.03.0.1 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	172.800,00	172.800,00	21.646,84	508.280,66	-335.480,66
1.9.9.9.99 Outras Receitas	345.600,00	345.600,00	0,00	603,92	344.996,08
1.9.9.9.99.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras	345.600,00	345.600,00	0,00	603,92	344.996,08
1.9.9.9.99.3.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal	172.800,00	172.800,00	0,00	603,92	172.196,08
1.9.9.9.99.3.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Multas e Juros	172.800,00	172.800,00	0,00	0,00	172.800,00
<b>7 Receitas (Intra-Orçamentária) (II)</b>	12.845.521,00	12.845.521,00	2.168.312,66	14.051.208,62	-1.205.687,62
7.2 Contribuições	12.845.521,00	12.845.521,00	2.168.312,66	14.051.208,62	-1.205.687,62
7.2.1 Contribuições Sociais	12.845.521,00	12.845.521,00	2.168.312,66	14.051.208,62	-1.205.687,62



7.2.1.5 Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF, Municípios	12.845.521,00	12.845.521,00	2.168.312,66	14.051.208,62	-1.205.687,62
7.2.1.5.02 Contribuição Patronal - Servidor Civil	11.463.121,00	11.463.121,00	2.168.312,66	13.828.548,68	-2.365.427,68
7.2.1.5.02.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	11.463.121,00	11.463.121,00	2.168.312,66	13.828.548,68	-2.365.427,68
7.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	11.463.121,00	11.463.121,00	2.168.312,66	13.828.548,68	-2.365.427,68
7.2.1.5.02.1.1.01 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	345.600,00	345.600,00	0,00	82.371,21	263.228,79
7.2.1.5.02.1.1.02 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - PREFEITURA	1.555.200,00	1.555.200,00	178.716,73	929.431,16	625.768,84
7.2.1.5.02.1.1.03 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - SAÚDE	2.073.600,00	2.073.600,00	314.848,74	2.016.270,43	57.329,57
7.2.1.5.02.1.1.04 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - ASSISTÊNCIA	34.560,00	34.560,00	0,00	31.114,43	3.445,57
7.2.1.5.02.1.1.05 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - FUNDEB 70%	6.061.914,00	6.061.914,00	1.637.512,20	10.297.071,43	-4.235.157,43
7.2.1.5.02.1.1.06 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - FUNDEB 30%	284.599,00	284.599,00	0,00	0,00	284.599,00
7.2.1.5.02.1.1.07 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - CÂMARA	172.800,00	172.800,00	4.304,32	59.889,14	112.910,86
7.2.1.5.02.1.1.08 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - SAAE	692.928,00	692.928,00	23.039,40	255.553,06	437.374,94
7.2.1.5.02.1.1.09 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - EDUCAÇÃO	172.800,00	172.800,00	3.760,90	120.626,98	52.173,02
7.2.1.5.02.1.1.10 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - SERVIDORES CEDIDOS	69.120,00	69.120,00	6.130,37	36.220,84	32.899,16
7.2.1.5.51 Contribuição Patronal - Parcelamentos	1.382.400,00	1.382.400,00	0,00	222.659,94	1.159.740,06
7.2.1.5.51.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos	1.382.400,00	1.382.400,00	0,00	222.659,94	1.159.740,06
7.2.1.5.51.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos- Principal	1.382.400,00	1.382.400,00	0,00	222.659,94	1.159.740,06
Total Receitas	31.686.384,00	31.686.384,00	3.826.690,87	34.966.608,83	-3.280.224,83
Déficit				0,00	
Total				34.966.608,83	
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00		0,00	
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00			
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00		0,00	

Despesas	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas até Mês (j)	Inscrição de RP não Processado (k)
				No Mês	Até Mês (f)		No Mês	Até Mês (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.661.263,00	0,00	31.661.263,00	2.161.137,69	16.439.144,90	15.222.118,10	2.588.023,51	16.439.122,31	15.222.140,69	16.420.796,37	22,59
3 Despesas Correntes	20.781.086,00	0,00	20.781.086,00	2.161.137,69	16.432.144,90	4.348.941,10	2.588.023,51	16.432.122,31	4.348.963,69	16.413.796,37	22,59
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.402.960,00	-525.276,99	17.877.683,01	1.621.657,46	15.134.579,05	2.743.103,96	1.981.377,28	15.134.556,46	2.743.126,55	15.116.230,52	22,59
3190 APLICAÇÕES DIRETAS	18.402.960,00	-525.276,99	17.877.683,01	1.621.657,46	15.134.579,05	2.743.103,96	1.981.377,28	15.134.556,46	2.743.126,55	12.769.736,10	0,00
319001 APOSENTADORIA E REFORMAS	13.824.000,00	0,00	13.824.000,00	1.636.851,74	12.771.537,90	1.052.462,10	1.697.929,34	12.771.537,90	1.052.462,10	685.449,57	0,00
319003 PENSÕES	1.382.400,00	0,00	1.382.400,00	29.852,42	687.884,99	694.515,01	100.664,84	687.884,99	694.515,01	83.753,92	0,00
319004 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277.300,00	0,00	277.300,00	-6.246,08	83.753,92	193.546,08	9.699,00	83.753,92	193.546,08	1.244.970,43	0,00
319011 CIVIL	1.710.000,00	-265.029,00	1.444.971,00	44.970,43	1.244.970,43	200.000,57	121.029,67	1.244.970,43	200.000,57	231.342,97	22,59
319013 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	530.000,00	-240.527,53	289.472,47	-60.045,72	245.454,28	44.018,19	48.279,76	245.431,69	44.040,78	74.950,00	0,00
319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	170.120,00	-32.247,99	137.872,01	-26.000,00	74.950,00	62.922,01	1.500,00	74.950,00	62.922,01	26.027,53	0,00
319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	174.528,00	0,00	174.528,00	0,00	0,00	174.528,00	0,00	0,00	174.528,00	0,00	0,00
319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	161.812,00	12.527,53	174.339,53	2.274,67	26.027,53	148.312,00	2.274,67	26.027,53	148.312,00	0,00	0,00
319094 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	172.800,00	0,00	172.800,00	0,00	0,00	172.800,00	0,00	0,00	172.800,00	162.688,00	0,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.378.126,00	525.276,99	2.903.402,99	539.480,23	1.297.565,85	1.605.837,14	606.646,23	1.297.565,85	1.605.837,14	41.104,76	0,00
3390 APLICAÇÕES DIRETAS	2.378.126,00	525.276,99	2.903.402,99	539.480,23	1.297.565,85	1.605.837,14	606.646,23	1.297.565,85	1.605.837,14	24.853,00	0,00
339008 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR DO SERVIDOR E DO MILITAR	813.888,00	0,00	813.888,00	0,00	0,00	813.888,00	0,00	0,00	813.888,00	0,00	0,00
339014 DIÁRIAS - CIVIL	254.000,00	6.500,00	260.500,00	0,00	162.688,00	97.812,00	0,00	162.688,00	97.812,00	26.500,00	0,00
339030 MATERIAL DE CONSUMO	36.456,00	19.800,00	56.256,00	-1.748,66	41.104,76	15.151,24	7.481,57	41.104,76	15.151,24	72.000,00	0,00
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	182.000,00	-25.300,00	156.700,00	0,00	24.853,00	131.847,00	0,00	24.853,00	131.847,00	320.891,15	0,00
339034 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	118.127,06	0,00
339035 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	26.500,00	103.500,00	0,00	26.500,00	103.500,00	965,53	0,00
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	110.400,00	0,00	110.400,00	0,00	72.000,00	38.400,00	6.000,00	72.000,00	38.400,00	159,36	0,00
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	625.920,00	-2.000,00	623.920,00	33.091,98	320.891,15	303.028,85	52.070,65	320.891,15	303.028,85	530.276,99	0,00

339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA	182.412,00	0,00	182.412,00	-13.928,50	118.127,06	64.284,94	15.817,02	118.127,06	64.284,94	7.000,00	0,00
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -										7.000,00	0,00
	PESSOA JURIDICA											
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	965,53	2.534,47	0,00	965,53	2.534,47		0,00
	CONTRIBUTIVAS											0,00
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS	32.000,00	0,00	32.000,00	-3.211,58	159,36	31.840,64	0,00	159,36	31.840,64		0,00
	ANTERIORES											0,00
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.050,00	526.276,99	530.326,99	525.276,99	530.276,99	50,00	525.276,99	530.276,99	50,00		0,00
												0,00
4	Despesas de Capital	140.059,00	0,00	140.059,00	0,00	7.000,00	133.059,00	0,00	7.000,00	133.059,00	12.065,96	0,00
44	INVESTIMENTO	140.059,00	0,00	140.059,00	0,00	7.000,00	133.059,00	0,00	7.000,00	133.059,00	12.065,96	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	140.059,00	0,00	140.059,00	0,00	7.000,00	133.059,00	0,00	7.000,00	133.059,00		7.111,98
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL	140.059,00	0,00	140.059,00	0,00	7.000,00	133.059,00	0,00	7.000,00	133.059,00		7.111,98
	PERMANENTE											0,00
9	Reserva de Contingência	10.740.118,00	0,00	10.740.118,00	0,00	0,00	10.740.118,00	0,00	0,00	10.740.118,00	4.953,98	0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.740.118,00	0,00	10.740.118,00	0,00	0,00	10.740.118,00	0,00	0,00	10.740.118,00	4.953,98	0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.740.118,00	0,00	10.740.118,00	0,00	0,00	10.740.118,00	0,00	0,00	10.740.118,00	1.764,00	0,00
999999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.740.118,00	0,00	10.740.118,00	0,00	0,00	10.740.118,00	0,00	0,00	10.740.118,00	3.189,98	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)		25.121,00	0,00	25.121,00	267,01	12.547,01	12.573,99	3.390,83	12.547,01	12.573,99		
3	Despesas Correntes	25.121,00	0,00	25.121,00	267,01	12.547,01	12.573,99	3.390,83	12.547,01	12.573,99		
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.280,00	0,00	17.280,00	313,03	7.593,03	9.686,97	2.556,08	7.593,03	9.686,97		
3191	APLIC. DIRETA DECORRENTE DE	17.280,00	0,00	17.280,00	313,03	7.593,03	9.686,97	2.556,08	7.593,03	9.686,97		
	OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS											
319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	17.280,00	0,00	17.280,00	313,03	7.593,03	9.686,97	2.556,08	7.593,03	9.686,97		
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.841,00	0,00	7.841,00	-46,02	4.953,98	2.887,02	834,75	4.953,98	2.887,02		
3391	APLIC. DIRETA DECORRENTE DE	7.841,00	0,00	7.841,00	-46,02	4.953,98	2.887,02	834,75	4.953,98	2.887,02		
	OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS											
339139	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	4.050,00	0,00	4.050,00	-236,00	1.764,00	2.286,00	294,00	1.764,00	2.286,00		
	PESSOA JURIDICA											
339197	APORTE PARA COBERTURA DO	3.791,00	0,00	3.791,00	189,98	3.189,98	601,02	540,75	3.189,98	601,02		
	DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS											
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X+XI)		31.686.384,00	0,00	31.686.384,00	2.161.404,70	16.451.691,91	15.234.692,09	2.591.414,34	16.451.669,32	15.234.714,68	16.432.862,33	22,59
SUPERÁVIT (XIII)						18.514.916,92			18.514.939,51		18.533.746,50	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)		31.686.384,00	0,00	31.686.384,00	2.161.404,70	34.966.608,83	15.234.692,09	2.591.414,34	34.966.608,83	15.234.714,68	34.966.608,83	22,59
RESERVADO RPPS												

Fonte: Ceará-mirim Previ - Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil (TopSolutions). Data Base: 31/12/2024

#### 4. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

De acordo com as projeções apresentadas no estudo atuarial, estimou-se inicialmente um superávit atuarial de R\$ 21.975.059,21 (vinte e um milhões, novecentos e setenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e vinte e um centavos), considerando o plano de amortização vigente à época do cálculo. Entretanto, ao desconsiderar esse plano, verificou-se um déficit atuarial de R\$ 122.755.234,81 (cento e vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), valor que reflete a diferença entre as obrigações futuras do RPPS e os recursos disponíveis.

Esse montante representa o valor necessário para garantir o pagamento das aposentadorias e pensões sem os aportes suplementares previstos em lei, configurando uma projeção bruta do desequilíbrio atuarial. O valor é inferior ao déficit original de R\$ 146.667.814,77 (cento e quarenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e sete centavos), apurado em 31 de dezembro de 2021 e reconhecido pela **Lei Municipal nº 2.174/2023**, o que demonstra ajustes decorrentes de atualizações econômicas e da aplicação parcial do plano de amortização.

Dessa forma, o déficit atual expressa uma situação hipotética sem a amortização, enquanto o superávit de R\$ 21.975.059,21 (vinte e um milhões, novecentos e setenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e vinte e um centavos) evidencia o equilíbrio obtido com a manutenção do plano de custeio suplementar, comprovando a eficiência do equacionamento adotado.

A **Lei Municipal nº 2.174, de 19 de janeiro de 2023** estabeleceu que o déficit seria amortizado por meio de aportes mensais e periódicos realizados pela Prefeitura, autarquias, fundações e Câmara Municipal, sob controle da Unidade Gestora, com correção pelo INPC e juros anuais de 4,8%. Assim, a instituição do Plano de Amortização do Déficit Atuarial em lei assegura a manutenção do equilíbrio atuarial e financeiro do regime, com valores definidos de R\$ 131.361.831,60 (cento e trinta e um milhões, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos) para 2023 e R\$ 144.730.294,02 (cento e quarenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil, duzentos e noventa e quatro reais e dois centavos) para 2024, compatíveis com a trajetória de amortização prevista na legislação.

RESULTADO ATUARIAL		
DEZEMBRO DE 2024	DEZEMBRO DE 2023	DEZEMBRO DE 2022
R\$ 21.975.059,21	R\$ 12.862.021,36	R\$ -19.823.370,66

**Fonte:** Relatório de Avaliação Atuarial Anual de 2025 – Plano Previdenciário

Os resultados apresentados refletem o resultado atuarial considerando o plano de amortização que estava em vigor no período do cálculo. A melhora na situação atuarial deu-se, principalmente, pelo aumento da taxa de juros e dos recursos garantidores implementados pela Lei Municipal nº 2.174/2023.

#### 4.1 CUSTO PREVIDENCIÁRIO TOTAL

Receitas Anuais Efetivas – Comparação entre os anos 2023 e 2024			
Descrição	2023	2024	Ganhos/ Perdas
Base de Cálculo da Contribuição Normal	R\$ 549.778.989,12	R\$ 625.820.589,96	R\$ 76.041.600,84
Benefícios Concedidos	R\$ 22.265.131,65	R\$ 27.525.765,86	R\$ 5.260.634,21
Benefícios a conceder	R\$ 720.948.413,18	R\$ 765.479.277,24	R\$ 44.530.864,06
<b>(A) TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>R\$ 588.431.765,83</b>	<b>R\$ 624.401.766,27</b>	<b>R\$ 35.970.000,44</b>

**Fonte:** Relatório de Avaliação Atuarial Anual de 2025 – Plano Previdenciário

Com base na tabela anterior, observa-se que houve um aumento expressivo na base de cálculo da contribuição normal, com ganho de R\$ 76.041.600,84 (setenta e seis milhões, quarenta e um mil, seiscentos reais e oitenta e quatro centavos), decorrente dos reajustes salariais concedidos no período. Os benefícios concedidos e os benefícios a conceder também aumentaram, mas de forma proporcional, acompanhando a evolução natural do sistema.

No total, as receitas previdenciárias aumentaram R\$ 35.970.000,44 (trinta e cinco milhões, novecentos e setenta mil reais e quarenta e quatro centavos) entre 2023 e 2024, o que demonstra melhora na arrecadação e maior solidez financeira do regime, contribuindo para a sustentabilidade do plano de custeio e o equilíbrio atuarial do Ceará-Mirim PREVI.

Despesas Anuais Efetivas – Comparação entre os anos 2023 e 2024			
DESCRIÇÃO	2023	2024	GANHOS/ PERDAS
Benefícios Concedidos	R\$ 278.149.519,32	R\$ 365.836.208,74	R\$ -87.686.689,42
Benefícios a conceder	R\$1.093.978.572,84	1.093.881.990,88	R\$ 96.581,96
Outras despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>(B) TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO</b>	<b>R\$ 686.064.046,08</b>	<b>R\$ 729.859.099,81</b>	<b>R\$ - 43.795.053,73</b>

**Fonte:** Relatório de Avaliação Atuarial Anual de 2025 – Plano Previdenciário

Com base na tabela anterior, verifica-se que as despesas previdenciárias totais aumentaram de 2023 para 2024. O item “Benefícios Concedidos” teve um acréscimo de R\$ 87.686.689,42 (oitenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois

centavos), indicando o aumento do número de aposentadorias e pensões pagas, bem como a elevação dos valores médios dos benefícios. Já em “Benefícios a conceder”, houve um pequeno ganho de R\$ 96.581,96 (noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos), o que demonstra estabilidade nas projeções futuras de novas concessões.

No total, as despesas com benefícios do plano cresceram R\$ 43.795.053,73 (quarenta e três milhões, setecentos e noventa e cinco mil, cinquenta e três reais e setenta e três centavos) entre 2023 e 2024, o que evidencia a necessidade de maior controle e planejamento atuarial para garantir o equilíbrio financeiro do RPPS, especialmente diante do aumento contínuo das obrigações previdenciárias.

Resultado Atuarial			
Descrição	2023	2024	Ganhos/ Perdas
(C) RECEITAS MENOS DESPESAS (A-B)	R\$ 97.632.280,25	R\$ 105.457.333,54	R\$ -7.825.053,29
(D) RECURSOS GARANTIDORES	R\$ 110.494.301,61	R\$ 127.432.392,75	R\$ 16.938.091,14
(E) RESULTADO ATUARIAL (D+C)	R\$ 12.862.021,36	R\$ 21.975.059,21	R\$ 9.113.037,85

**Fonte:** Relatório de Avaliação Atuarial Anual de 2025 – Plano Previdenciário

Apesar de uma redução de R\$ 7.825.053,29 (sete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e três reais e vinte e nove centavos) no item “Receitas menos Despesas”, indicando que os gastos cresceram em ritmo ligeiramente superior às receitas, o aumento expressivo nos Recursos Garantidores, de R\$ 16.938.091,14 (dezesesseis milhões, novecentos e trinta e oito mil, noventa e um reais e quatorze centavos), compensou esse efeito.

Como resultado, o resultado atuarial final passou de R\$ 12.862.021,36 (doze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, vinte e um reais e trinta e seis centavos) em 2023 para R\$ 21.975.059,21 (vinte e um milhões, novecentos e setenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e vinte e um centavos) em 2024, representando um ganho de R\$ 9.113.037,85 (nove milhões, cento e treze mil, trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos). Esse desempenho demonstra fortalecimento patrimonial e melhora na solvência do regime previdenciário, evidenciando a eficácia das medidas de custeio e amortização adotadas.

#### 4.2 EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CUSTOS POR TIPO DE BENEFÍCIO

BENEFÍCIO	2023		2024	
	Quantidade	Folha de benefício médio	Quantidade	Folha de benefício médio
Voluntária - Regras Permanentes	201	811.643,32	245	1.054.150,44

<b>Voluntária - Especial de Professor</b>	00	00	00	00
<b>Especial - Insalubridade</b>	00	00	00	00
<b>Incapacidade Permanente</b>	10	30.311,06	13	35.602,06
<b>Compulsória</b>	03	4.553,49	06	8.843,49
<b>Pensão por Morte</b>	32	52.674,89	35	70.752,45

**Fonte:** Ceará-mirim Previ - (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) - **Data Base:** 31/12/2023 e 31/12/2024

Com base nos dados apresentados, observa-se que, no ano-base de 2024, houve crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo no pagamento dos benefícios previdenciários pelo Ceará-Mirim PREVI. O benefício “Voluntária – Regras Permanentes” registrou aumento expressivo, passando de 201 para 245 beneficiários, o que representa crescimento de 21,89%, com elevação proporcional na folha de benefício médio, que alcançou R\$ 1.054.150,44 (um milhão, cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos). Essa elevação demonstra maior impacto orçamentário com aposentadorias concedidas pelas regras permanentes, o que é natural em regimes maduros.

No benefício por incapacidade permanente, houve crescimento de 30% no número de beneficiários, refletindo um aumento do passivo previdenciário e exigindo atenção para medidas de prevenção de afastamentos e reabilitação funcional.

O benefício de aposentadoria compulsória também apresentou evolução significativa, passando de 3 para 6 concessões, com praticamente o dobro do valor médio da folha, sinalizando que o regime está absorvendo servidores em fase de aposentação obrigatória, o que pode se intensificar nos próximos anos. Por fim, as pensões por morte tiveram elevação de 32 para 35 casos, representando crescimento de 9,3%, e aumento relevante no custo médio (R\$ 70.752,45 - setenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), o que afeta diretamente o equilíbrio atuarial. Esses dados, analisados em conjunto, reforçam a importância de planejamento atuarial contínuo e de estratégias de gestão de custeio, de forma a assegurar a sustentabilidade do RPPS frente ao crescimento natural das concessões de benefícios e à necessidade de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no longo prazo.

#### 4.3 EVOLUÇÃO DO RESULTADO RELATIVO AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL E DO PLANO DE CUSTEIO

<b>EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL</b>		
<b>PERÍODO/ANO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>Dezembro/2023</b>	Superávit	12.862.021,36
<b>Dezembro/2024</b>	Superávit	21.975.059,21

**Fonte:** Relatório de Avaliação Atuarial Anual de 2025 – Plano Previdenciário

O superávit atuarial de R\$ 21.975.059,21 (vinte e um milhões, novecentos e setenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e vinte e um centavos) em 2024, superior ao de 2023, demonstra evolução positiva e aumento da solvência do regime. Isso indica que as medidas de custeio e o comportamento da carteira de investimentos contribuíram para melhorar a posição atuarial, reduzindo o risco de déficits futuros.

O plano de benefícios considerado na execução da Avaliação Atuarial encontra-se observando atualmente as seguintes alíquotas de contribuição previdenciária:

PLANO DE CUSTEIO	
a) Contribuições Correntes	
Alíquotas	
14,00%	Para os servidores efetivos;
14,00%	Para servidores inativos e pensionistas sobre a parcela remuneratória que vier a exceder o valor referente a 2 (dois) salários mínimos;
14,00%	Para o ente federativo, incluso o percentual de 3,00% para cobertura das despesas administrativa

**Fonte:** Relatório de Avaliação Atuarial Anual de 2025 – Plano Previdenciário

A alíquota normal de contribuição necessária para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial (EFA) do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) foi estimada em 21,95% (vinte e um vírgula noventa e cinco por cento). Esse percentual representa o montante calculado para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, assegurando o pagamento integral dos benefícios futuros aos segurados, desconsideradas as despesas administrativas. O quadro apresentado a seguir demonstra a composição e distribuição dessa alíquota, conforme os diferentes tipos de benefícios a serem financiados.

PLANO DE CUSTEIO	
b) Contribuições Normais	
Alíquota	Benefícios
17,56%	Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória.
1,71%	Aposentadoria por Invalidez
1,22%	Pensão por Morte de Segurado Ativo
1,46%	Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Cont. e Comp.
0,00%	Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez
<b>VALOR TOTAL: 21,95%</b>	

**Fonte:** Relatório de Avaliação Atuarial Anual de 2025 – Plano Previdenciário

## 5. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em relação a gestão de investimento, os recursos do Ceará-mirim Previ estavam aplicados em 37 fundos de investimento, distribuídos nos segmentos de Renda fixa, Renda Variável e Renda Estruturada. Somando a isso, tem 5 títulos privados e disponibilidade financeira. A tabela a seguir demonstra a posição dos ativos:

POSIÇÃO DE ATIVOS (DADOS QUANTITATIVOS)		
FUNDOS DE INVESTIMENTO		
CNPJ	NOME DO ATIVO	VALOR FINAL – DEZ/2024
02.224.354/0001-45	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RENDA FIXA REFERENCIADO DI - CIC FIF RESP LIMITADA	1.025.375,66
03.399.411/0001-90	BRADERCO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM- RESP LIMITADA	1.438.058,52
05.900.798/0001-41	FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES CAIXA DIVIDENDOS	4.623.450,73
05.962.491/0001-75	BB MULTIMERCADO MACRO LP FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	212.431,49
05.964.067/0001-60	FINACAP MAURITSSTAD FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	477.156,10
06.124.241/0001-29	BNB PLUS CIC DE CLASSE DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	11.367.671,93
08.070.841/0001-87	FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA ALOCAÇÃO MACRO MULT LONGO PRAZO	2.321.905,50
10.740.658/0001-9	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA - B TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	2.318.334,49
11.060.913/0001-10	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA - B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	6.541.721,37
11.328.882/0001-35	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF - M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	124,04
13.077.415/0001-05	BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	5.914.294,24
13.077.418/0001-49	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	91.227,12
13.397.466/0001-14	BRADERCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RF CURTO PRAZO PODER PÚBLICO	1.022.702,45
14.120.520/0001-42	FDO DE INV EM COTAS DE FDO DE INV CAIXA JUROS E MOEDAS MULTIMERCADO LONGO PRAZO	1.534.554,06
14.213.331/0001-14	BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	675.875,55
14.239.659/0001-00	FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA CAP PROT IBOVESPA CÍCLICO I MULT	3.112.366,29
14.386.926/0001-71	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	7.426.969,32
14.508.605/0001-00	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF - M TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	6.432.247,12
14.508.643/0001-55	FDO DE INV EM COTAS DE FDO DE INV CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RENDA FIXA SIMPLES	659.108,89
17.502.937/0001-68	FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I	651.820,44
23.215.008/0001-70	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA	11.738.880,48
23.215.097/0001-55	FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RENDA FIXA	11.398.128,16
30.036.235/0001-02	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA MULTIMERCADO LONGO PRAZO	1.960.035,49
30.568.193/0001-42	BNB SOBERANO CLASSE DE INVESTIMENTO RENDA FIXA - RESP LIMITADA	16.480.884,97



<b>35.292.588/0001-89</b>	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	0,01
<b>35.637.151/0001-30</b>	ICAT VANGUARDA IGARATÉ LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULT-RESP LIMITADA	945.264,60
<b>36.443.522/0001-05</b>	INTER CORPORATE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	750.744,10
<b>42.691.990/0001-00</b>	INTER DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	463.881,29
<b>44.683.343/0001-73</b>	FDO DE INV EM COTAS DE FDOS DE INV CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV MULTIMERCADO	2.925.369,81
<b>45.163.710/0001-70</b>	FDO DE INV EM COTAS DE FDOS DE INV CAIXA BRASIL IDKA PRE 2A RENDA FIXA LONGO PRAZO	2.970.487,74
<b>45.443.514/0001-50</b>	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA	1.064.828,41
<b>45.443.651/0001-94</b>	CAIXA CAPITAL PROTEGIDO CICLICO II FIF EM COTAS DE CLASSE DE FIF MULTIMERCADO LP – RESP LIMITADA	1.383.375,08
<b>46.134.096/0001-81</b>	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FUNDO DE INVESTIMENTO	662.350,09
<b>49.963.751/0001-00</b>	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2028 FUNDO DE INVESTIMENTO	357.776,39
<b>50.568.125/0001-90</b>	FDO DE INV EM COTAS DE FDOS DE INV CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES VI MULTIMERCADO LP	2.170.424,84
<b>56.134.800/0001-50</b>	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RF – RESP LIMITADA	8.351.165,01
<b>TÍTULO PRIVADO</b>		
<b>60.746.948/0001-12</b>	LF BANCO BRADESCO 21/11/2023-21/11/2028 (IPCA + 5,91%)	3.368.692,68
<b>60.746.948/0001-12</b>	LF BANCO BRADESCO 24/08/2022-26/08/2024 (PRE 12,47%)	0,00
<b>60.746.948/0001-12</b>	LF BANCO BRADESCO 23/09/2022-23/09/2024 (PRE 12,11%)	0,00
<b>60.746.948/0001-12</b>	LF BANCO BRADESCO 06/09/2022-06/09/2024 (IPCA + 6,62%)	0,00
<b>60.746.948/0001-12</b>	LF BANCO BRADESCO 21/09/2022-23/09/2024(PRE 12,60%) - 0042197086	0,00
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>		
<b>60.746.948/0001-12</b>	Bradesco: Agência 5874 Conta: 8758-0	1.023.671,81
<b>00.360.305/0559-44</b>	CEF: Agência 1069 Conta: 71003-0	1.684,56
<b>00.000.000/0001-91</b>	BB: Agência 1042 Conta 53745-4	0,00
<b>00.360.305/0559-44</b>	CEF: Agência 1069 Conta: 71002-2	99.124,96
<b>TOTAL</b>		<b>127.432.392,79</b>

**Fonte:** Carteira de investimento do Ceará-mirim Previ – **Data base:** 31/12/2024

A diversificação da carteira, com 79,56% alocados em renda fixa e uma rentabilidade anual de 5,93%, mostra uma estratégia conservadora, mas eficiente, adequada ao perfil de um RPPS de médio porte. O saldo de dezembro (R\$ 127.432.392,79 - cento e vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos) evidencia crescimento patrimonial e capacidade de liquidez para pagamento de benefícios. É importante, porém, acompanhar os meses de rentabilidade negativa (como dezembro) para evitar perdas acumuladas.

## 5.1 DESCRIÇÃO DOS ATIVOS, INVESTIMENTOS, APLICAÇÕES FINANCEIRAS E DO FLUXO DE ENTRADA E SAÍDA DE RECURSOS

a) Resumo do Patrimônio (Ano 2024)	
MÊS	SALDO FINAL (R\$)
<b>Janeiro</b>	111.515.003,75
<b>Fevereiro</b>	113.398.950,15
<b>Março</b>	115.219.443,68
<b>Abril</b>	116.079.351,25
<b>Mai</b>	117.628.265,49
<b>Junho</b>	118.764.821,83
<b>Julho</b>	121.405.780,00
<b>Agosto</b>	123.126.025,84
<b>Setembro</b>	124.402.421,87
<b>Outubro</b>	125.741.975,65
<b>Novembro</b>	128.042.612,44
<b>Dezembro</b>	127.432.392,79

**Fonte:** Carteira de Investimento do Ceará-mirim Previ – **Data base:** 31/12/2024

Com base nos dados apresentados na tabela, observa-se que o patrimônio do Ceará-Mirim PREVI apresentou crescimento contínuo ao longo de 2024, com variações mensais compatíveis com o comportamento do mercado e com o fluxo regular de contribuições e pagamentos de benefícios. O menor saldo patrimonial foi registrado em **janeiro**, no valor de R\$ 111.515.003,75 (cento e onze milhões, quinhentos e quinze mil, três reais e setenta e cinco centavos), enquanto o maior foi alcançado em **novembro**, com R\$ 128.042.612,44 (cento e vinte e oito milhões, quarenta e dois mil, seiscentos e doze reais e quarenta e quatro centavos), evidenciando uma evolução positiva e sustentada ao longo do exercício.

Esse resultado demonstra a capacidade de preservação e valorização dos recursos previdenciários, reforçando que a política de investimentos adotada foi eficiente em manter o poder de compra do patrimônio e proporcionar rentabilidade compatível com as metas atuariais estabelecidas pelo Instituto.

b) Carteira de Investimento		
Diversificação do Ativo de Investimento (Ano 2024)		
Carteira	Saldo	Percentual (%)
<b>Renda Fixa</b>	101.381.773,19	79,56
<b>Renda Variável</b>	7.708.590,67	6,05
<b>Investimento Exterior</b>	651.820,44	0,51
<b>Investimento Estruturado</b>	16.565.727,16	13,00
<b>Fundos imobiliários</b>	0,00	0,00
<b>Empréstimo Consignados</b>	0,00	0,00

<b>Disponibilidade Financeira</b>	1.124.481,33	0,88
<b>Total da carteira</b>	<b>127.432.392,79</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Carteira de Investimento do Ceará-mirim Previ – **Data base:** 31/12/2024

A carteira de investimentos do Ceará-Mirim PREVI em 2024 apresentou perfil conservador e equilibrado, com predominância em renda fixa (79,56%), priorizando segurança e liquidez, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021. A diversificação foi complementada por investimentos estruturados (13,00%) e renda variável (6,05%), garantindo potencial de rentabilidade com controle de risco. A baixa exposição ao exterior (0,51%) e a manutenção de recursos disponíveis (0,88%) reforçam a prudência na gestão. A ausência de fundos imobiliários e de empréstimos consignados confirma o foco na liquidez e na solvência do regime. Em síntese, o portfólio reflete gestão responsável e sustentável, voltada à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

<b>c) Rentabilidade Mensal da Carteira de Investimento</b>												
<b>Evolução da rentabilidade - Ano 2024</b>												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	RENT
0,40%	0,66%	0,66%	0,00%	0,55%	0,63%	1,06%	1,20%	0,32%	0,54%	0,28%	-0,37%	<b>5,93%</b>

**Fonte:** Carteira de Investimento do Ceará-mirim Previ – **Data base:** 31/12/2024

A rentabilidade da carteira de investimentos do Ceará-Mirim PREVI em 2024 apresentou comportamento consistente, totalizando 5,93% no ano, resultado considerado satisfatório frente às metas atuariais e ao cenário econômico. Observa-se que os meses de julho e agosto foram os mais expressivos, com 1,06% e 1,20% respectivamente, demonstrando boa performance dos ativos, impulsionada por ganhos de renda fixa e valorização de renda variável. Houve, entretanto, um resultado negativo em dezembro (-0,37%), refletindo oscilações de mercado típicas do período, mas que não comprometeram o desempenho anual.

<b>d) Fluxo financeiro da carteira de Investimento</b>					
<b>Data do movimento</b>	<b>Saldo Anterior</b>	<b>Aplicação/ Entrada</b>	<b>Resgate/ Saída</b>	<b>Retorno do mês</b>	<b>Saldo Final</b>
31/01/2024	110.494.301,61	1.557.489,57	950.359,17	416.395,74	111.515.003,75
29/02/2024	111.515.003,75	4.686.035,12	3.513.045,92	729.010,20	113.398.950,15
31/03/2024	113.398.950,15	2.197.157,59	1.103.145,10	746.703,04	115.219.443,68
30/04/2024	115.219.443,68	3.315.047,26	2.370.947,79	-3.353,90	116.079.351,25
31/05/2024	116.079.351,25	43.529.606,46	43.234.775,58	586.813,54	117.628.265,49
30/06/2024	117.628.265,49	4.079.462,61	3.007.393,22	723.076,58	118.764.821,83
31/07/2024	118.764.821,83	6.150.106,61	5.268.830,68	1.279.129,31	121.405.780,00
31/08/2024	121.405.780,00	10.317.752,42	9.483.152,24	611.533,48	123.126.025,84
30/09/2024	123.126.025,84	11.105.355,41	9.329.340,67	385.020,89	124.402.421,87
31/10/2024	124.402.421,87	5.030.544,18	4.346.819,30	655.672,90	125.741.975,65
30/11/2024	125.741.975,65	3.064.166,82	1.115.067,68	319.346,43	128.042.612,44
31/12/2024	128.042.612,44	9.650.823,58	10.813.925,65	-537.590,63	127.432.392,79
<b>Total Geral</b>		<b>104.683.547,63</b>	<b>94.536.803,00</b>	<b>5.911.757,58</b>	

**Fonte:** Carteira de Investimento do Ceará-mirim Previ – **Data base:** 31/12/2024

A análise do fluxo financeiro da carteira de investimentos do Ceará-Mirim PREVI em 2024 demonstra uma gestão equilibrada e alinhada ao objetivo de preservação e crescimento do patrimônio. O total de aplicações no exercício atingiu R\$ 104.683.547,63 (cento e quatro milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), superando os resgates e saídas, que somaram R\$ 94.536.803,00 (noventa e quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil, oitocentos e três reais), o que contribuiu para o aumento do saldo final no período. Os retornos mensais, no montante acumulado de R\$ 5.911.757,58 (cinco milhões, novecentos e onze mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), também reforçam a eficiência da política de investimentos, garantindo acréscimos consistentes ao patrimônio, ainda que em alguns meses tenham ocorrido oscilações negativas pontuais, como em abril e dezembro.

O comportamento do saldo final, que evoluiu de R\$ 110.494.301,61 (cento e dez milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e um reais e sessenta e um centavos) em janeiro para R\$ 127.432.392,79 (cento e vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos) em dezembro, confirma que a carteira foi capaz de gerar superávit financeiro e cumprir as metas de rentabilidade necessárias para a manutenção do equilíbrio atuarial, assegurando recursos suficientes para o pagamento dos benefícios previdenciários e a sustentabilidade do RPPS no longo prazo.

## **6. PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

### **6.1 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Em 2024, o Conselho Administrativo do Ceará-Mirim Previ concentrou suas deliberações em temas ligados à organização interna, fiscalização das contas, cobrança de informações e articulação entre os conselhos. Logo no início do ano, foram tratadas questões de aprovação de atas relativas a exercícios anteriores, com encaminhamentos de registro e posse de novos membros. Além disso, estabeleceu-se o calendário anual de reuniões e a definição de procedimentos formais para comunicação com o Prefeito Municipal.

Nos meses seguintes, destacaram-se aprovações de requerimentos relacionados a repasses de 2023, processos licitatórios e resultados de investimentos. Também houve decisões voltadas à organização de arquivos físicos e digitais, solicitações de informações à Diretoria e providências para reparos na infraestrutura das salas de reunião. Outro ponto de destaque foi a preocupação com a certificação dos conselheiros, que levou à formulação de pedidos de providências e agendamento de reuniões informais para organização documental.

Já no segundo semestre, o Conselho focou na realização de reuniões conjuntas com outros órgãos, replanejamento de agendas e definição de pautas conjuntas envolvendo documentos, medidas legais e esclarecimentos da Diretoria. Também houve reforço na convocação formal dos conselhos e providências urgentes para a certificação dos conselheiros, reforçando a busca pela regularidade institucional e administrativa.

De maneira geral, as principais decisões de 2024 evidenciam um esforço do Conselho Administrativo em fortalecer a governança, assegurar a transparência das contas, aprimorar a comunicação institucional e reforçar a regularidade documental e de certificações, aspectos fundamentais para a gestão previdenciária.

## **6.2 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL**

Durante o exercício de 2024, o Conselho Fiscal do Ceará-Mirim Previ desempenhou papel relevante na consolidação das práticas de governança, fortalecendo a integração entre os órgãos colegiados e aprimorando os mecanismos de controle e transparência da gestão.

Ao longo do ano, o Conselho Fiscal discutiu e reafirmou a importância da atuação conjunta com o Conselho Administrativo, firmando o compromisso com o trabalho colaborativo entre ambos os conselhos, de modo a assegurar coerência e efetividade às decisões institucionais.

Destacou-se também a organização das atividades e dos documentos do Conselho, observando as exigências da nova RPPS, que prevê capacitação e avaliação periódica dos conselheiros. Nesse contexto, foi reforçada a necessidade de atualização constante quanto às normas legais e às boas práticas de governança previdenciária.

No âmbito administrativo, o Conselho Fiscal deliberou pela solicitação de cópias do Plano Plurianual (PPA), das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme estabelece a Lei Municipal nº 1.637/2013, além de requerer a regulamentação do pagamento de jetons pela participação em reuniões e atividades oficiais.

Outro ponto relevante foi a análise dos memorandos internos, que trataram da atualização dos servidores do Ceará-Mirim Previ, especificando suas funções e respectivos vencimentos, medida que visa à transparência administrativa e à conformidade legal.

O Conselho Fiscal também solicitou a presença da assessoria contábil nas reuniões ordinárias, a fim de apresentar os relatórios contábeis de receitas e despesas referentes ao primeiro trimestre de 2024, promovendo maior compreensão e acompanhamento das demonstrações financeiras.

Durante o período, foram reforçados os procedimentos relativos à elaboração dos relatórios mensais, ao acompanhamento da política de investimentos e à busca de informações atualizadas sobre

o mercado financeiro, bem como a necessidade de arquivamento adequado dos documentos produzidos pelo Conselho, garantindo rastreabilidade e transparência.

A empresa de assessoria contábil contratada pelo Instituto participou ativamente das reuniões do Conselho Fiscal, esclarecendo dúvidas quanto aos relatórios mensais e aos aspectos contábeis do Ceará-Mirim Previ, o que contribuiu para o fortalecimento da gestão técnica e do controle interno.

### **6.3 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CÔMITE DE INVESTIMENTO**

Em 2024, o Comitê de Investimentos do Ceará-Mirim Previ tomou uma série de decisões importantes voltadas ao fortalecimento da política de investimentos, à diversificação da carteira e ao alinhamento com as metas atuariais do RPPS.

No primeiro semestre, as reuniões foram marcadas pela definição de responsabilidades dos membros e pela revisão de atividades anteriores, com foco em expandir e qualificar a carteira de investimentos. Foram aprovados processos de credenciamento de corretoras e fundos, além da realocação de recursos entre fundos de renda fixa e multimercado, sempre baseados em pareceres técnicos de consultorias especializadas, como a LEMA. Houve também deliberações para novos aportes em fundos que apresentavam melhor rentabilidade e menor correlação com os demais ativos, reforçando a diversificação. Nesse período, destacou-se a preocupação em garantir que todas as decisões fossem fundamentadas em análises técnicas, com registro de recomendações detalhadas e acompanhamento do desempenho dos fundos incluídos na carteira.

Já no segundo semestre, o Comitê intensificou as deliberações relacionadas à alocação de recursos de maior volume, direcionando-as para fundos com histórico consistente de resultados, bons indicadores de risco e conformidade com as normas do RPPS. Nesse período, foram aprovados aportes significativos em fundos de renda fixa, multimercado e de ações, sempre com foco na segurança, liquidez e rentabilidade compatíveis com a meta atuarial. Destaca-se, ainda, a mudança da consultoria da LEMA pela NUI Consultoria, que passou a atuar na análise técnica de novos produtos, na avaliação de benchmarks e na comparação de resultados com índices de mercado, fortalecendo os princípios de transparência e governança. Além disso, o monitoramento contínuo do desempenho da carteira e a exigência de relatórios detalhados nas reuniões subsequentes asseguraram maior controle sobre as movimentações e ajustes estratégicos sempre que necessários.

De forma geral, em 2024 o Comitê de Investimentos atuou de maneira prudente e técnica, aprovando realocações e aportes que buscavam otimizar a carteira, reduzir riscos e garantir sustentabilidade ao regime próprio. Suas decisões evidenciam um esforço contínuo para equilibrar segurança e rentabilidade, mantendo o alinhamento com a política de investimentos e as metas de longo prazo do Ceará-Mirim Previ.

## 7. ATIVIDADE INSTITUCIONAIS

### 7.1 GESTÃO DE PESSOAL

A gestão de pessoal do Ceará-Mirim Previ é direcionada ao desenvolvimento contínuo de seu quadro de servidores, que atuam em funções de nível operacional, técnico e gerencial. Como premissa fundamental, busca-se a qualificação e a certificação desses profissionais, de modo a fortalecer a capacidade institucional e garantir um serviço público cada vez mais eficiente e de qualidade.

#### 7.1.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

A Autarquia Municipal realizou concurso público em 2024, no entanto no ano de 2024 não foram convocados os novos servidores.

O quadro de cargos dessa instituição ao final de 2024 pode ser apresentada como na seguinte tabela:

EFETIVO	COMISSIONADO	CEDIDO	SETOR DE ATIVIDADE
		X	Diretor Presidente
	X		Vice-Presidente
	X		Diretor de Previdência
	X		Diretor Administrativo
	X		Diretor De Consignados
	X		Diretor De Investimento
	X		Subdiretor De Consignados
	X		Assessor Jurídico
	X		Assessor De Diretoria
	X		Assessor Especial Da Procuradoria Autárquica
	X		Assessor De Contabilidade
	X		Secretaria Geral
	X		Coordenador De Gestão Atuária
	X		Coordenador De Gestão De Benefícios
	X		Coordenador Administrativo
		X	Coordenador De Recursos Humanos
	X		Procurador Autárquico
	X		Controlador Autárquico
	X		Jardineiro
	X		Agente de Serviços

Em observância aos princípios da publicidade e da transparência, o Ceará-Mirim PREVI disponibiliza à população todas as informações referentes à sua gestão administrativa e financeira. As folhas de pagamento de servidores, aposentados e pensionistas são publicadas e armazenadas no Portal da Transparência do Instituto ([previcearamirimrn.transparencia.topsolutionsrn.com.br/](http://previcearamirimrn.transparencia.topsolutionsrn.com.br/)), garantindo acesso público e controle social sobre os gastos com pessoal.

### 7.1.2 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Durante o decorrer do ano de 2024, ocorreu a participação dos servidores do Ceará-mirim previ, nos seguintes eventos e/ou cursos, conforme tabela adiante:

DATA	LOCAL	DESCRIÇÃO
21 A 23/02/2024	GRAVATÁ-PE	7º SEMINÁRIO DE INVESTIMENTO E GESTÃO PREVIDENCIÁRIOS
05 A 09/03/2024	FLORIANOPOLIS/SC	6º CONGRESSO ESTADUAL DA ASSIMPASC
3 A 6/04/2024	MARTINS/RN	FORUM EXPERT EM LICITAÇÕES COM HABILITAÇÃO (CEPLAME)
07 A 09/04/2024	BANANEIRAS/PB	SEMINÁRIO TÉCNICO SOBRE “PRO-GESTÃO RPPS: O QUE FAZER” ?
10 A 13/04/2024	RECIFE/PE	CURSO PREPARATÓRIO PARA NOVA CERTIFICAÇÃO RPPS – APEPP
22 A 24/04/2024	FORTALEZA/CE	2º CONGRESSO NACIONAL DE CONSELHEIROS PREVIDENCIÁRIOS E GESTORES PÚBLICOS – ANEPPREM
23 A 26/04/2024	CARUARU/PE	CURSO DE PLANEJAMENTO COM FORMAÇÃO EM AGENTE DE CONTRATAÇÃO
28 A 30/05/2024	CABEDELO/PB	VISITA TÉCNICA AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO (IPSEMC)
02 A 06/06/2024	JOÃO PESSOA/PB	ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO
03 A 06/06/2024	BELO JARDIM/PE	XVIII ENCONTRO DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA DA APEPP
30/07 A 02/08/2024	JOÃO PESSOA/PE	VISITA TÉCNICA E V CONGRESSO ESTADUAL DA PREVIDÊNCIA
13 A 18/08/2024	FOZ DO IGUAÇU/PR	22º CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO DA APEPREV
05 A 09/11/2024	ARACAJU/SE	12º CONGRESSO BRASILEIRO DE



No ano de 2024, o Ceará-Mirim PREVI registrou que apenas um de seus dirigentes ainda não possuía a certificação profissional exigida para a gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), conforme as normas de governança do Ministério da Previdência Social. Esse resultado evidencia o mérito e a qualificação técnica das pessoas que ocupam cargos de direção no Instituto, reforçando o compromisso com a gestão responsável e competente dos recursos previdenciários. Além disso, o PREVI manteve seu empenho em promover a capacitação contínua de dirigentes e conselheiros, incentivando a participação em **cursos, seminários, congressos e visitas técnicas** ao longo de todo o exercício, com foco em áreas estratégicas como investimentos, licitações, planejamento de contratações e boas práticas de governança pública.

Dentre as oportunidades oferecidas, destacam-se o 7º Seminário de Investimento e Gestão Previdenciários, o Fórum Expert em Licitações, o Curso Preparatório para Certificação de RPPS, o 2º Congresso Nacional de Conselheiros Previdenciários e diversos encontros estaduais e nacionais voltados para atualização e aperfeiçoamento técnico. Essas iniciativas contribuem para a formação contínua dos dirigentes e conselheiros, fortalecendo a governança, a transparência e a capacidade de tomada de decisão do Instituto. Tal postura evidencia que, mesmo com número limitado de certificados no período, o Ceará-Mirim PREVI mantém um esforço consistente para capacitar sua equipe, garantindo a observância das melhores práticas de gestão e assegurando a sustentabilidade do regime previdenciário no longo prazo.

## 7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A gestão orçamentária e financeira do Ceará-Mirim PREVI, no exercício de 2024, apresentou resultado positivo, evidenciado pelo superávit primário de R\$ 18.534.463,93 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos), obtido a partir da diferença entre a receita orçamentária realizada (R\$ 34.966.608,83 - trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e oito reais e oitenta e três centavos) e a despesa orçamentária empenhada (R\$ 16.432.144,90 - dezesseis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil e cento e quarenta e quatro reais e noventa centavos). Este resultado demonstra que o Instituto de Previdência conseguiu arrecadar acima do montante necessário para cobrir suas obrigações, o que reforça a sustentabilidade do regime previdenciário e a observância dos princípios da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que exige o equilíbrio orçamentário entre as receitas e as despesas.

No que se refere à principal fonte de arrecadação, destacam-se as contribuições previdenciárias, complementadas pelas receitas patrimoniais e outras receitas correntes, mostrando

eficiência na gestão de ativos e a captação de recursos intraorçamentários. A seguir, a tabela que evidencia o total de receitas arrecadadas e de despesas empenhadas no exercício financeiro de 2024.

RECEITAS E DESPESAS – EXERCÍCIO 2024	
RECEITAS	Valor Total (R\$)
A - Contribuições e outras receitas	34.966.608,83
DESPESAS	Valor Total (R\$)
B - Despesas empenhadas	16.432.144,90
RESULTADO	Valor Total (R\$)
C - Superávit (c = a - b)	18.534.463,93

**Fonte:** Ceará-mirim Previ – Balanço Orçamentário (Sistema Orçamentário, financeiro e contábil – Top Solutions)

### 7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ceará-Mirim (Ceará-Mirim PREVI) realiza o gerenciamento do custeio, de seus contratos e licitações em estrita observância à legislação vigente e às boas práticas de governança pública. Essa atuação é conduzida pela Autarquia, por meio de seus setores administrativos e financeiros, e submetida à revisão do departamento jurídico do PREVI, garantindo segurança jurídica, eficiência e integridade dos processos.

Em conformidade com as normas aplicáveis à Administração Pública, todas as contratações de serviços, aquisições de bens ou terceirizações são realizadas de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como suas alterações, observando rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Para assegurar transparência e controle social, todos os atos de ratificação, extratos de contratos, compras e aditivos são regularmente publicados no Diário Oficial do Município e armazenados no **Portal da Transparência do Instituto de Previdência**, de forma a garantir o amplo acesso público às informações referentes à gestão dos recursos previdenciários.

### 7.4 CONTROLES INTERNOS

O Ceará-Mirim PREVI adota um conjunto de mecanismos e procedimentos de controle interno com o objetivo de assegurar a conformidade de seus atos, a eficiência de sua gestão e a transparência de suas operações. A estrutura de fiscalização e controle da Autarquia é fundamentada nos princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 1.637/2013, e é composta por órgãos dedicados que atuam de forma integrada para garantir a segurança e a sustentabilidade do regime.

#### 7.4.1 ACOMPANHAMENTO INTERNO

O acompanhamento das atividades institucionais é realizado de forma contínua e abrange as áreas contábil, financeira, operacional e patrimonial. Essa supervisão é exercida primariamente pela

Controladoria Interna e pelo Conselho Fiscal, órgãos com plena autonomia para o exercício de suas atribuições legais.

A Controladoria Interna, conforme o Art. 104-C da Lei de regência, promove o controle prévio e a auditoria de todos os sistemas administrativos da Autarquia. Suas atribuições incluem a verificação da regularidade de licitações e contratos, a análise de processos de concessão de benefícios antes do envio ao Tribunal de Contas e a fiscalização da gestão fiscal, sempre com foco na legalidade, legitimidade e economicidade dos atos.

O Conselho Fiscal, por sua vez, atua como órgão de fiscalização superior, com a competência de analisar os relatórios de atividades, examinar a prestação de contas anual e opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira, conforme o Art. 104. Esse acompanhamento sistemático garante que a Diretoria Executiva atue em estrita conformidade com as deliberações dos conselhos e com a legislação vigente.

Adicionalmente, o Ceará-Mirim PREVI implementa as recomendações propostas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) decorrentes de suas fiscalizações.

#### 7.4.2 MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO DE PROCESSOS

Alinhada às melhores práticas de governança do Programa Pró-Gestão RPPS, a Autarquia investe no contínuo mapeamento e na manualização de seus processos finalísticos e de apoio. Essa ferramenta de gestão abrange, prioritariamente, os fluxos de:

- Concessão, manutenção e revisão de aposentadorias e pensões;
- Arrecadação e cobrança das contribuições previdenciárias.

O mapeamento permite a padronização das rotinas, a identificação de oportunidades de melhoria, a otimização da produtividade e a mitigação de riscos operacionais. Os manuais de processos servem como guia para os servidores, assegurando que as atividades sejam executadas em conformidade com as normas legais e infralegais, contribuindo para a eficiência e a segurança jurídica dos atos praticados.

#### 7.4.3 RELATORIO DE CONTROLE INTERNO: AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Em cumprimento ao dever de transparência, previsto no Art. 4º, XIII, da Lei Municipal n.º 1.637/2013, e às atribuições da Controladoria Interna (Art. 104-C), o Ceará-Mirim PREVI elabora anualmente o Relatório de Avaliação da Gestão.

O documento, de responsabilidade da Controladoria Interna, tem como finalidade comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Autarquia.

Nele, são avaliadas a eficácia e a eficiência no alcance das metas institucionais e na aplicação dos recursos públicos, consolidando a prestação de contas aos segurados e à sociedade.

#### 7.4.4 ACOMPANHAMENTO PELO CONTROLE EXTERNO: SITUAÇÃO FINANCEIRA DO RPPS

O acompanhamento da situação financeira do Ceará-Mirim PREVI pelos órgãos de controle externo, especialmente o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), demonstra que o Instituto mantém condições sólidas de sustentabilidade fiscal e previdenciária. No exercício de 2024, o RPPS apresentou superávit orçamentário de R\$ 18.552.792,46 (dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e seis centavos), evidenciado pela diferença positiva entre receitas arrecadadas (R\$ 34.966.608,83 - trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e oito reais e oitenta e três centavos) e despesas pagas (R\$ 16.413.816,37 - dezesseis milhões, quatrocentos e treze mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), resultado que comprova capacidade de honrar compromissos previdenciários e formar reservas para o equilíbrio atuarial de longo prazo.

A avaliação atuarial de 2024 registrou superávit de R\$ 21.975.059,21 (vinte e um milhões, novecentos e setenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e vinte e um centavos), superior ao resultado de 2023 (R\$ 12.862.021,36 - doze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, vinte e um reais e trinta e seis centavos), sinalizando melhoria progressiva da situação previdenciária considerando o plano de amortização vigente. Essa evolução positiva decorreu principalmente do aumento da taxa de juros atuarial e do crescimento dos recursos garantidores, fatores que fortalecem a solvência do regime. O patrimônio total da carteira de investimentos encerrou o exercício em R\$ 127.432.392,79 (cento e vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos), com rentabilidade anual de 5,93%, demonstrando gestão eficiente dos recursos e aderência às diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Apesar dos desafios administrativos, o RPPS mantém equilíbrio fiscal no curto prazo e capacidade de liquidez adequada, cumprindo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e assegurando confiança aos órgãos de controle quanto à sua capacidade de pagamento de benefícios previdenciários no presente e futuro.

Em virtude de procedimento de Fiscalização oriundo do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, foi instaurado o Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 026/2024, no qual o ente federativo foi instado a se manifestar sobre dois objetos: i. "Caráter Contributivo (Repasse)" e ii. "Utilização dos recursos previdenciários – Decisão Administrativa". A equipe técnica apontou que foram identificados alguns débitos pela auditoria, os quais impuseram a permanência do status de IRREGULAR em relação ao critério "Caráter Contributivo (Repasse)".

Também glosou irregularidades apontadas na NAF para o critério "Utilização dos recursos previdenciários – Decisão Administrativa" haja vista existência de débitos.

Diante de tal contexto, os entes (Prefeitura, Câmara Municipal e SAAE) e o próprio CMPREVI contestaram parcialmente o débito, enviando ao conhecimento da Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil embasamento legal e documentação comprobatória de quitação ou não existência de vários débitos sugeridos pela fiscalização.

## **7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL**

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ceará-Mirim (Ceará-Mirim PREVI) tem se empenhado em consolidar uma imagem institucional baseada na credibilidade, transparência e qualidade dos serviços previdenciários oferecidos aos servidores, aposentados e pensionistas do município. Nesse sentido, desenvolveu ações voltadas ao atendimento para fortalecer o vínculo com os beneficiários e ampliar a confiança da sociedade na gestão previdenciária.

Como parte de seu compromisso institucional com a ética e a publicidade dos atos administrativos, o Ceará-Mirim PREVI mantém seu Portal da Transparência permanentemente atualizado (<https://previcearamirimrn.transparencia.topsolutionsrn.com.br/>), assegurando agilidade, modernidade e acesso facilitado às informações relacionadas à gestão dos recursos.

Ressalta-se que, ao longo do ano de 2024, o portal encontrava-se em fase de alimentação e consolidação dos dados, motivo pelo qual algumas informações foram disponibilizadas de forma gradual. Ainda assim, o Instituto envidou todos os esforços necessários para garantir a inserção contínua dos registros, visando assegurar a máxima transparência possível. Essa iniciativa reafirma o compromisso do Ceará-Mirim PREVI com o fortalecimento de sua imagem institucional, a aproximação com os segurados, a promoção da transparência ativa e o fiel cumprimento dos princípios que regem a boa governança pública.

## **7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E CONFOMIDADE EM ATENDIMENTO AO CONJUNTO DE NORMAS, REGRAS E PADRÕES LEGAIS E INFRALEGAIS**

O Instituto de Previdência Municipal de Ceará-Mirim – CEARÁ-MIRIM PREVI, na condição de ente autárquico dotado de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, conforme preceitua o art. 5º da Lei Municipal nº 1.637/2013, exerce a gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Município com rigorosa observância ao ordenamento jurídico e aos padrões de integridade e governança pública previstos na legislação federal e municipal aplicável ao RPPS.

Em matéria de cumprimento de decisões judiciais, o Instituto adota postura institucional de estrita legalidade e imediata execução das ordens emanadas do Poder Judiciário, assegurando a

efetividade das determinações e a observância dos princípios da segurança jurídica, da moralidade administrativa e da eficiência. Cada decisão judicial é objeto de análise técnica pela Procuradoria Jurídica da Autarquia, que emite parecer opinativo e orientador quanto ao procedimento de execução, forma de liquidação, adequação orçamentária e rubrica de despesa, garantindo a conformidade com a natureza do gasto previdenciário e evitando riscos de descumprimento ou de duplicidade de pagamento.

Adicionalmente, registra-se que, ao longo do ano de 2024, o Ceará-Mirim PREVI também atendeu integralmente às demandas encaminhadas pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), observando rigorosamente os prazos, as recomendações e os requisitos documentais solicitados.

A operacionalização das decisões ocorre em regime de controle interno formalizado, mediante registro contábil, acompanhamento pela Diretoria de Administração e Finanças e comunicação aos órgãos de controle competentes, observando-se, quando aplicável, as normas emanadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. Essa sistemática assegura rastreabilidade, transparência e responsabilidade fiscal, além de garantir a fidedignidade das informações prestadas aos órgãos de controle externo.

No campo da conformidade normativa, o CEARÁ-MIRIM PREVI estrutura sua atuação segundo um modelo de gestão previdenciária aderente ao conjunto de normas constitucionais, legais e infralegais que disciplinam os regimes próprios de previdência social, notadamente a Constituição Federal (art. 40), as Leis Federais nº 9.717/1998, nº 10.887/2004 e nº 14.133/2021, bem como a Lei Municipal nº 1.637/2013, alterada pela Lei nº 2.169/2022, que incorporou os preceitos da Emenda Constitucional nº 103/2019. O Instituto cumpre, ainda, as diretrizes do Conselho Monetário Nacional e as normas do Ministério da Fazenda relativas à gestão dos recursos previdenciários e à avaliação atuarial anual, observando os princípios da transparência, solvência e sustentabilidade atuarial.

Ressalte-se que o CEARÁ-MIRIM PREVI pauta sua atuação pela congruência com a jurisprudência vinculante dos Tribunais Superiores, aplicando, de forma uniforme, os entendimentos consolidados pelo Supremo Tribunal Federal, a exemplo do Tema 1.254 (RE nº 1.426.306/TO), que fixou a tese segundo a qual apenas os servidores públicos detentores de cargo efetivo estão vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, excluídos os estáveis nos termos do art. 19 do ADCT e os admitidos sem concurso, ressalvadas as aposentadorias e pensões já concedidas ou com requisitos satisfeitos até a publicação da decisão. Essa observância demonstra o compromisso institucional com a uniformização da interpretação normativa e com a segurança jurídica dos atos administrativos.

Sob a ótica da governança previdenciária, o Instituto mantém sistemas de controle e auditoria internos que asseguram a aderência de todos os seus processos administrativos e decisórios aos

parâmetros legais e às boas práticas de gestão pública, em consonância com o art. 4º, XV, da Lei Municipal nº 1.637/2013, que impõe a sujeição do RPPS às inspeções e auditorias contábeis, financeiras, orçamentárias e atuariais.

Dessa forma, o CEARÁ-MIRIM PREVI reafirma sua missão institucional de assegurar a integridade do regime previdenciário municipal, por meio da observância estrita da legalidade, do cumprimento tempestivo das decisões judiciais, da conformidade com as normas de regência e da adoção de padrões elevados de governança, transparência e responsabilidade pública, consolidando-se como referência em gestão previdenciária sustentável e juridicamente segura.

### **7.7 ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ISP**

O Ceará-Mirim Previ é um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de médio porte e com menor maturidade, o que indica uma estrutura ainda em consolidação, especialmente nos aspectos de gestão, controles internos e políticas previdenciárias.

#### **7.7.1 Indicadores de Regularidade, Envio de Informações, Gestão e Transparência**

- Indicador de Regularidade: C
- Envio de Informações: C
- Gestão: C
- Classificação em Gestão e Transparência: C

**Análise:** Os indicadores acima apontam para a necessidade de fortalecimento dos processos administrativos, cumprimento dos prazos e exigências legais, bem como ampliação da transparência na divulgação das informações. A classificação “C” sugere desempenho abaixo do desejável nesses quesitos.

#### **7.7.2 Indicadores Financeiros e de Liquidez**

- Suficiência Financeira: A
- Acumulação de Recursos: A
- Classificação em Finanças e Liquidez: A

**Análise:** O RPPS demonstra boa saúde financeira e capacidade de acumulação de recursos, com classificação “A” nesses indicadores. Isso significa que, no curto prazo, apresenta equilíbrio entre receitas e despesas previdenciárias e bom nível de liquidez para honrar seus compromissos.

#### **7.7.3 Indicadores Previdenciários e Atuariais**

- Cobertura Previdenciária: C
- Reforma do RPPS e Vigência do RPC: B
- Classificação em Atuária: B

- Perfil Atuarial: II

**Análise:** Os resultados mostram que o RPPS ainda precisa avançar na cobertura previdenciária (C) e na implementação plena das reformas exigidas (B). A classificação atuarial “B” e o perfil II indicam risco moderado no médio e longo prazos, exigindo monitoramento constante do equilíbrio atuarial e adoção de políticas que reduzam o passivo previdenciário futuro.

#### **7.7.4 Índice de Situação Previdenciária (ISP): C**

O ISP “C” reflete que, apesar do bom desempenho financeiro e de liquidez (A), o Instituto ainda apresenta fragilidades em gestão, transparência, cobertura previdenciária e regularidade. Isso reduz a nota final do ISP, pois o índice é calculado de forma multidimensional.

Todos os dados referentes ao Índice de Situação Previdenciária (ISP) são publicados anualmente pelo Ministério da Previdência Social no GOV.com (<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria> ).

### **8. CANAIS DE ATENDIMENTOS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

A Ouvidoria do Instituto permaneceu integrada à Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, possibilitando que os cidadãos registrassem manifestações, sugestões, reclamações e elogios de forma unificada. Esse canal consolidou-se como um importante instrumento de participação e controle social, reforçando o compromisso do Instituto com a escuta ativa e a melhoria contínua dos serviços previdenciários.

Além disso, tem o site, que serviu como plataforma de acesso a informações sobre legislação, documentos institucionais, relatórios de gestão, publicações de atos e notícias sobre as ações do instituto. Por meio do telefone fixo e do e-mail institucional, os segurados puderam esclarecer dúvidas, solicitar informações e agendar atendimentos, recebendo suporte direto da equipe técnica.

As redes sociais oficiais, instagram e facebook, desempenharam papel fundamental na divulgação das atividades do Instituto, campanhas educativas, comunicados e eventos voltados aos aposentados e pensionistas. Esses meios digitais reforçaram a proximidade com o público, ampliando o alcance das informações e fortalecendo o vínculo entre o RPPS e a comunidade.

Por fim, o atendimento presencial de segunda a quinta-feira, das 8h às 14h e sexta-feira, das 08h às 13h, oferecendo suporte direto aos segurados e ao público em geral.

A seguir é apresentado o quadro dos canais de atendimento e meios de comunicação do Ano-base 2024:



	Avenida Luiz Lopes Varela, nº 1092, Centro, CEP: 59570-000, Ceará-Mirim/RN. Horário de atendimento: segunda a quinta-feira, das 8h às 14h e sexta-feira, das 08h às 13h.
	Telefone fixo: (84) 3274-2972
	Site antigo (2024): <a href="https://cearamirimprevi.com.br">https://cearamirimprevi.com.br</a>
	Ouvidoria da Prefeitura de Ceará-mirim: <a href="https://ceara-mirim.ldoc.com.br/b.php?pg=wp/wp&amp;itd=9">https://ceara-mirim.ldoc.com.br/b.php?pg=wp/wp&amp;itd=9</a>
	@cearamirimprevi <a href="https://www.instagram.com/cearamirimprevi?igsh=a3h1amN5cjlpyTZz">https://www.instagram.com/cearamirimprevi?igsh=a3h1amN5cjlpyTZz</a>
	Facebook: <a href="https://www.facebook.com/CEARAMIRIMPREVI20/?locale=pt_BR">https://www.facebook.com/CEARAMIRIMPREVI20/?locale=pt_BR</a>
	Email: <a href="mailto:contato.cmprevi@gmail.com">contato.cmprevi@gmail.com</a>

Conforme estabelece o Manual do Pró-Gestão RPPS, elaborado pelo Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC) e do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS), versão 3.6, de 03 de fevereiro de 2025, o Relatório de Governança Corporativa do Ceará-Mirim PREVI foi devidamente submetido à análise e **aprovação do Conselho Fiscal** no dia 05 de novembro de 2025.

ADAILTON DA COSTA NOBRE  
**Presidente do Conselho Fiscal do Ceará-Mirim Previ**

Conforme estabelece o Manual do Pró-Gestão RPPS, elaborado pelo Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC) e do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS), versão 3.6, de 03 de fevereiro de 2025, o Relatório de Governança Corporativa do Ceará-Mirim PREVI foi devidamente submetido à análise e **aprovação do Conselho Administrativo** no dia 05 de novembro de 2025.

CIRO DAVI DA CRUZ AZEVEDO  
**Presidente do Conselho Administrativo do Ceará-Mirim Previ**